

Lógica Computacional

Argumentos válidos e sólidos

Métodos de demonstração

Demonstrações formais

Regras de Inferência – Igualdade

Não-consequências lógicas

Argumentos

- Um argumento é uma sequência de frases das quais uma é justificada pelas outras.
- A frase justificada é chamada a **conclusão**.
- As frases que a justificam são chamadas **premissas**

Exemplo:

1. Todos as aves voam.
 2. O Pingu é uma ave
 3. Logo, o Pingu voa.
- Normalmente a conclusão é a última frase (“logo, ...”) mas não necessariamente.

Exemplo:

1. O Batman não voa.
 2. De facto, o Batman é um morcego.
 3. Os morcegos são mamíferos.
 4. E os mamíferos não voam
- Neste caso a conclusão é a primeira frase que se justifica pelas premissas que se seguem (“de facto, ...”).

Validade de Argumentos - Consequência Lógica

- Um argumento é **válido** se a conclusão é verdadeira **sempre** que as premissas forem verdadeiras.
- Nesse caso diz-se que a conclusão é uma **consequência lógica** das premissas.

Exemplo:

1. Todos os cães voam.
2. O Snoopy é um cão.
3. Logo o Snoopy voa.

- Para que um argumento seja válido não é necessário que a sua conclusão seja verdadeira!

Exemplo:

1. Nenhuma ave voa.
2. O Piu-Piu é uma ave.
3. Logo o Piu-Piu voa.

- Um argumento pode não ser válido apesar de a sua conclusão ser verdadeira.

Solidez de Argumentos

- Por si só, **a validade de um argumento não garante a verdade da conclusão**. Esta argumentação pode ser usada para avaliar a consequência de certas ações ou condições que ainda não se realizaram para avaliar se a conclusão é conveniente.

Exemplo:

1. Quem compra algo tem de o pagar.
 2. Vou comprar este carro
 3. Logo vou ter de o pagar.
- Normalmente estamos interessados em argumentos **sólidos**, isto é que sejam não apenas válidos mas em que as premissas sejam verdadeiras. Nesse caso, a conclusão será necessariamente verdadeira!

Exemplo:

1. Todos as aves respiram.
2. O Piu-Piu é uma ave.
3. Logo o Piu-Piu respira.

Raciocínio e Demonstrações

- Normalmente uma conclusão (consequência) lógica não se obtém imediatamente a partir das premissas mas requer um conjunto de frases intermédias a caminho da conclusão.

Exemplo:

1. Se um animal não respira morre.
 2. A respiração requer ar. Assume-se respiração por pulmões
 3. Não há ar debaixo de água.
 4. O Snoopy é um animal.
 5. Todos os cães ladram
 6. Debaixo de água não se pode respirar consequência lógica de 2 e 3
 7. Se o Snoopy não respira morre consequência lógica de 1 e 4
 8. O Snoopy morre debaixo de água consequência lógica de 6 e 7
- As frases 6, 7 e 8 são *todas* consequências lógicas das premissas (1 – 5), embora 6 e 7 tenham sido usados como passos intermédios para a conclusão 8 (principal).
 - **Nota:** Nem todas as premissas são necessárias para validar um argumento. É o caso da premissa 5.

Sistemas e Demonstrações Formais

- Uma **demonstração formal**, ou **dedução**, é uma sequência de fórmulas da linguagem formal utilizada, em que as fórmulas correspondentes às premissas são identificadas inicialmente, e em que a conclusão é a última fórmula.
- Todos os passos (conclusões) intermédias têm de ser justificadas a partir de regras de inferência claras e geralmente num número limitado.
- As regras (e a linguagem) utilizadas definem um **sistema formal**.
- Nesta cadeiras exploraremos dois sistemas formais: **Dedução Natural (DN)** e **Resolução (R)**.
- O sistema de dedução natural, como o nome indica, pretende simular o raciocínio humano, usando uma linguagem e um conjunto de regras de inferência próximas das usadas em linguagem natural.
- O sistema de resolução utiliza um subconjunto limitado dessa linguagem e menos regras de inferência, permitindo o mais fácil tratamento computacional.
- Apesar das suas diferenças ambos os sistemas têm o mesmo *poder de expressão* e *poder de demonstração*.

Demonstrações Formais

- Em geral apresentaremos uma demonstração através de uma sequência de fórmulas (representando frases) ao longo de uma barra vertical, sendo as premissas separadas das conclusões (parciais e final) por uma barra horizontal.

Exemplo:

1. Cube (a)	% a é um cubo
2. a = b	% a e b são o mesmo objecto
<hr/>	
3. Cube (b)	Regra (?) 1,2

- Normalmente todas as fórmulas são numeradas, para identificar a sua ordem na sequência e para poderem ser referidas nos passos de inferência.
- Todas as fórmulas abaixo da barra horizontal (conclusões) devem ser justificadas por uma regra de inferência.

Regras de Inferência

- No desenho de um sistemas formal há que escolher as suas regras de inferência.
- Elas devem ser simples, para ser simples determinar quando se aplicam, e devem constituir um conjunto suficientemente rico para podermos justificar as inferências desejadas.
- Além disso deverão ser universais, podendo ser aplicadas a qualquer linguagem, sem ser necessário entender o “significado” das fórmulas utilizadas.
- **Exemplo:**

1. Cube (a)	
2. Cube (b)	
<hr/>	
3. SameShape (a ,b) ? 1,2	

1. C (a)	
2. C (b)	
<hr/>	
3. S (a ,b) ?? 1,2 ??	

- Esta regra depende do conhecimento que se tenha do Mundo dos Blocos.
- Como se justificaria este argumento se os predicados fossem *renomeados*?

Regras de Inferência - Igualdade

- Um predicado muito especial é o predicado de igualdade, já que ele aparece em todas as linguagens para indicar que um objecto pode ter 2 nomes.
- Assim sendo podem definir-se duas regras de inferência muito simples:
- **Introdução da igualdade:**
 - Um objecto é igual a si próprio.
- **Eliminação da Igualdade:**
 - Se um objecto tem dois nomes as propriedades que se atribuem a um dos nomes também se atribuem ao outro nome.
- Formalmente:

```
...  
k. a = a      Int =  
...
```

```
...  
k1.  $\phi[a]$       Nota:  
...  
k2. a = b      k > k1  
...  
k.  $\phi[a/b]$      k > k2  
...  
k.  $\phi[a/b]$      Elim =: k1,k2  
...
```

Regras de Inferência - Igualdade

- Estas regras permitem fazer algumas inferências básicas.

Exemplo: Introdução da igualdade:

- Se **a** e **b** são o mesmo objecto e se **a** é um cubo, **b** também o é!.

1. Cube (a)	
2. a = b	
<hr/>	
3. Cube (b)	Elim =: 1,2

- No entanto, a regra de eliminação da igualdade apenas permite substituir o nome da esquerda pelo da direita e **não o contrário**, Assim não permite concluir que:

- Se **b** e **a** são o mesmo objecto e se **a** é um cubo, **b** também o é!.

1. Cube (a)	
2. b = a	
<hr/>	
3. Cube (b)	???

Regras de Inferência - Igualdade

- O problema aqui é que o sistema não garante, à partida, a simetria da igualdade (i.e. se $a = b$, então também $b = a$), o que parece óbvio já que ambas as igualdades expressam o facto que a e b são nomes para o mesmo objecto.
- Em geral, essa inferência, que se pode fazer para o predicado de igualdade, não se pode fazer para um qualquer predicado. De facto, de $P(a,b)$ não se pode concluir que $P(b,a)$.
- No entanto, e como é bem conhecido, a igualdade goza não só da propriedade **reflexiva** (captada na regra da introdução da Igualdade) como ainda das propriedades **simétrica** e **transitiva**.
- Essas propriedades não são “primitivas” do sistema mas podem ser deduzidas no sistema formal.
- **Nota:** A outra propriedade importante da igualdade, a **substitutividade**, é a propriedade que o sistema formal incorpora na regra da Eliminação da Igualdade.

Regras de Inferência - Igualdade

- Podemos deduzir a **Simetria da Igualdade** com a demonstração seguinte:

1. $a = b$	
<hr/>	
2. $a = a$	Intro =
3. $b = a$	Elim =: 1,2

- De notar que na aplicação da regra de Eliminação da Igualdade substituímos o símbolo **a** que aparece do lado esquerdo da fórmula 2, pelo símbolo **b**, tendo em atenção a igualdade anterior $a = b$.
- Assim sendo, já se pode fazer a demonstração anteriormente não permitida, interpondo a dedução da simetria!

1. Cube (a)	
2. $b = a$	
<hr/>	
3. $b = b$	Intro =
4. $a = b$	Elim =: 2,3
5. Cube (b)	Elim =: 1,4

Regras de Inferência - Igualdade

- Em geral, e para evitar que as demonstrações se tornem demasiado longas, poderemos omitir a dedução da simetria da Igualdade e simplificar a demonstração da forma “intuitiva”

1. Cube (a)	
2. b = a	
<hr/>	
3. Cube (b)	Elim =: 1,2

- Uma outra convenção que tem sido feita na regra de Eliminação da Igualdade é *referir* as fórmulas utilizadas em ordem crescente. Em rigor a regra impõe que a primeira fórmula seja a fórmula da igualdade e a segunda a fórmula em que se substituem os símbolos.
- Num programa que implemente o sistema estes pequenos pormenores poderão ter alguma importância, mas usaremos sempre esta simplificação. A única condição que colocaremos é que as fórmulas usadas numa regra apareçam antes da fórmula que se obtem por aplicação da regra!

Regras de Inferência - Igualdade

- A propósito, esta simplificação pode ser “justificada” através de uma “regra” implícita em qualquer sistema de dedução, que permite repetir (reiterar) uma fórmula já conhecida, já que uma fórmula verdadeira é sempre verdadeira.

1. Cube (b)	
2. b = a	
<hr/>	
3. Cube (b)	Reit: 1
4. Cube (a)	Elim =: 2,3

- Sem mais “complicações” podemos agora demonstrar a transitividade da igualdade:

1. a = b	
2. b = c	
<hr/>	
3. a = c	Elim =: 1,2

Consequência Lógica - Possível Demonstrar?

- Com um sistema formal pretende-se deduzir consequências lógicas através de demonstrações que sigam um conjunto de regras de inferência do sistema.
- Será que isso é sempre possível? Se uma fórmula é uma consequência lógica das premissas será que é sempre possível obter uma demonstração com as regras do sistema?
- Este é o problema da **completude**. Neste momento a linguagem que temos utilizado apenas permite formular proposições simples e as únicas regras de inferência são a Introdução e Eliminação da Igualdade, pelo que é cedo para abordarmos esta questão.
- Em antecipação, digamos que existem linguagens, com poder de expressão limitado, para as quais existem sistemas formais completos. É o caso da Lógica Proposicional que estudaremos inicialmente.
- Para sistemas com maior poder de expressão, nomeadamente aqueles que possam especificar a aritmética a resposta é **não**. Este é o enunciado do famoso **teorema da Incompletude** de **Godel**.

Não-Consequência Lógica - Contraexemplos

- Mesmo com sistemas completos coloca-se a questão de saber como se “deduz” que uma fórmula não é uma consequência lógica das premissas.
- Claro está que podemos tentar testar todas as possíveis combinações de regras de inferência sobre todas as premissas e fórmulas intermédias mas esse processo é potencialmente infinito.
- Assim sendo a melhor forma de provar a **não**-consequência é através da definição: Determinar uma situação em que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão seja falsa.

1. Cube (a)
2. Large (b)
3. Cube (b) ???

1. Cube (a)
2. SameShape (a, c)
3. Tet (c) ???

- De notar que provar a não consequência lógica não é a mesma coisa que provar a consequência lógica da fórmula negada. Por exemplo, **não concluir** que **b é um cubo** não é o mesmo que **concluir** que **b não é um cubo** (pode ser ou não)

Não Consequência Lógica - Contraexemplo

1. Cube (a)

2. Large (b)

3. Cube (b) ???

1. Cube (a)

2. SameShape (a, c)

3. Tet (c) ???

